Credor discute pagamento de juro atrasado

Nilton Horita

SÃO PAULO — Os detalhes da proposta brasileira de pagamento dos juros atrasados aos credores modificam as versões apresentadas até agora. Segundo telex enviado pelas matrizes dos bancos internacionais às suas filiais brasileiras, com informes sobre o andamento das conversações em Nova Iorque, o embaixador Jório Dauster apresentou realmente a proposta de pagar 15% sobre o total dos juros atrasados, mas o percentual incidirá sobre uma base de US$ 5 bilhões, e não de US$ 8,4 bilhões. O Brasil possui atrasados até o final do ano de US$ 8,4 bilhões. Porém, somente US$ 5 bilhões desse total estão depositados no Banco Central, e é apenas sobre esse valor que o governo está aplicando os 15% do pagamento proposto.

Nos termos do telex, o Brasil aceita pagar US$ 750 milhões até o final do ano, ou seja 15% sobre os US$ 5 bilhões efetivamente depositados. Toda vez que vence uma duplicata, o devedor final deposita a parcela de juros no Banco Central. Essa quantia permanece congelada no BC e não é transferida para os credores. Entretanto, alguns devedores, como a extinta Siderbrás e os governos do Piauí e do Maranhão, não pagaram suas parcelas ao BC. Assim, o total dos atrasados reconhecido pelo governo brasileiro para efeito de pagamento imediato refere-se apenas aos US$ 5 bilhões que foram honrados pelos devedores finais.

A proposta brasileira teve reações negativas dos bancos internacionais. O governo brasileiro propôs, também, a troca do restante por títulos de 15 anos, com 5 anos de carência para o pagamento. Os juros propostos são de 9% ao ano fixos. Há mais um detalhe: o Brasil só desembolsa 3,5% em dinheiro e o restante é capitalizado novamente para o principal, ou seja, em outros títulos de 15 anos. A proposta brasileira também prevê o pagamento de 25% em dinheiro sobre a parcela de US$ 1,250 bilhão referente a juros que vencem no primeiro quadrimestre do ano que vem, o que significaria US$ 320 milhões.

Por isso, o embaixador Jório Dauster saiu da reunião com os credores, anteontem, afirmando que o Brasil estaria disposto a pagar entre US$ 900 milhões e US$ 1,1 bilhão para os credores. Seria, portanto, a soma dos US$ 750 milhões iniciais e os US$ 320 milhões dos juros que vencem no primeiro quadrimestre do ano que vem, o que causou confusão nas versões sobre o resultado da reunião de anteontem, em Nova Iorque, que chegaram no Brasil. Segundo um banqueiro internacional, os credores estão irritados. "O que não foi depositado no BC é dívida que foi avalizada pela União", afirma esse representante de banco credor europeu. "Parece que o governo brasileiro quer transferir o ajuste fiscal para as costas dos credores internacionais."